



Mulheres na pesca embarcada artesanal: apontamentos sobre educação, saberes e conflitos socioambientais

Liza Bilhalva Martins da Silvaⁱ

Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Carreiros, RS, Brasil

Gianpaolo Knoller Adomilliⁱⁱ

Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Carreiros, RS, Brasil

Resumo

A referência de que o mundo da pesca embarcada é eminentemente masculino se pauta por um olhar hierárquico ou ao menos desatento que não reconhece a existência de mulheres que praticam a pesca centrada na captura do pescado. Este artigo objetiva apresentar algumas reflexões a partir de uma pesquisa etnográfica junto a essas pescadoras na Lagoa Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos, considerando as experiências concretas que apontam para contextos de construção permanente do conhecimento e de si a partir de aprendizagens compartilhadas e conflitos socioambientais experienciados.

Palavras-chave

Pescadoras embarcadas. Educação. Conflitos socioambientais.

Women on board fishing:

notes on education, knowledge and socio-environmental conflicts

Abstract

The reference that the world of on board fishing is eminently male is guided by a hierarchical look or at least inattentive that does not recognize the existence of women who practice fishing focused on catching fish. This article aims to present some reflections, based on an ethnographic research with these fisherwomen in Lagoa Mirim and the Lagoa dos Patos estuary, considering the concrete experiences that point to contexts of permanent construction of knowledge and of themselves through shared learning and socio-environmental conflicts experienced.

Keywords

Boarded fisherwomen. Education. Social and environmental conflicts.



**Mujeres en la pesca embarcada artesanal:
notas sobre educación, conocimiento y conflictos socioambientales**

Resumen

La referencia de que el mundo de la pesca a bordo es eminentemente masculino está guiada por un aspecto jerárquico o al menos desatento que no reconoce la existencia de mujeres que practican la pesca centrada en la captura de peces. Este artículo tiene como objetivo presentar algunas reflexiones basadas en una investigación etnográfica con estas pescadoras en Lagoa Mirim y en el estuario de Lagoa dos Patos, considerando las experiencias concretas que apuntan a contextos de construcción permanente del conocimiento y de ellos mismos a través del aprendizaje compartido y conflictos socioambientales experimentados.

Palabras clave

Pescadoras abordados. Educación. Conflictos sociales y ambientales.

1 Introdução

Este artigo parte das reflexões desenvolvidas no âmbito da pesquisa¹ com mulheres na pesca embarcada artesanal² junto a algumas zonas pesqueiras do estuário da Lagoa dos Patos³ e Lagoa Mirim, no sul do Rio Grande do Sul. A investigação se

¹ Os dados de campo aqui apresentados referem-se à pesquisa de doutorado da primeira autora, intitulada *Pescadoras artesanais embarcadas da Lagoa Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos: educação, saberes e interligação dos espaços ambientais a partir de uma perspectiva comparada*, iniciada em 2018 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

² O Capítulo IV da Lei nº 11.959/2009, em seu artigo 8º, classifica pesca como: “I. Comercial: a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria; podendo utilizar embarcações de pequeno porte; b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial”.

³ A *Lagoa Mirim* faz parte do sistema lagunar Patos-Mirim, localizada no sul do Rio Grande do Sul, com parte de seu limite fazendo fronteira com o Uruguai. Assentada sobre a planície costeira, possui uma área aproximada de 3.750 km² de área de superfície, destes 2.750 km² em território brasileiro e 1.000 km² em território uruguaio. No lado brasileiro, compreende os municípios de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande em sua margem leste e os municípios de Arroio Grande e Jaguarão em sua margem oeste; em território uruguaio, as províncias de Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha (PIEDRAS *et al.*, 2012). Os estuários são ecossistemas costeiros semifechados que possuem ligação livre com o mar e onde a água marinha mistura-se com a água doce oriunda das áreas terrestres. O estuário da Lagoa dos Patos ocupa uma área de 963,8 km², correspondendo aproximadamente a um décimo da área total da lagoa. Apresenta um volume de 1,67x10⁹ m³, sendo um ambiente raso, com profundidade média de 1,74 m. Cerca de 76% de sua área tem profundidade inferior a 2 m. O estuário tem uma importante função social e econômica para as comunidades que vivem em seus arredores, onde são encontrados muitos pescadores artesanais, algumas indústrias de pescados e um potente polo industrial. Também serve como corredor de escoamento fluvial da produção interna do estado e do país através do Super Porto (um dos maiores de exportação da América Latina) (SCHWOCHOW; ZANBONI, 2007).



desenvolve no diálogo entre as áreas da Educação Ambiental e Antropologia, cujo objetivo é apreender os sentidos do viver a pesca procurando observar como estas mulheres se reconhecem e são reconhecidas como pescadoras embarcadas, no esforço de compreender de que forma os saberes ligados às suas práticas de trabalho, territorialidades e, de forma mais ampla, o modo de vida formam-se, atualizam-se e transmitem-se em processos educativos, bem como de compreender sobretudo quais as estratégias de enfrentamento às outras racionalidades.

Afirmar que essas mulheres atuam como embarcadas na pesca artesanal implica dizer que trabalham na captura do pescado em embarcações pequenas típicas dessas regiões lagunares chamadas de botes e caícos (embarcações de madeira movidas ou não a motor) medindo cerca de 3 a 10 metros de comprimento. Vão para a lagoa e retornam a terra diariamente ou acampam nas embarcações, permanecendo por alguns dias na busca pela captura de peixes e crustáceos. Elas atuam em regime de economia familiar, pescam desde os 8/10 anos, com os pais, mães, irmãos(ãs), maridos, filhos(as), parentes e amigos(as), havendo algumas que pescam sozinhas.

Contraria-se, assim, a referência de que o mundo da pesca embarcada é eminentemente masculino, concepção que se pauta por um olhar hierárquico ou ao menos desatento que não reconhece a existência de mulheres que praticam a pesca centrada na captura do pescado. Elas existem! Estão nas lagoas em seus barcos, botes ou caícos. Contudo, pescar para elas parece extrapolar a noção de trabalho produtivo, traz também uma série de questões ontológicas da mulher brasileira e pescadora.

A lagoa é um lugar desejado e aprendido, os peixes são aliados, a Lua, o Sol, as marés são companheiras e a terra acaba aparecendo como desafio. É sobre essas questões que este texto vem tratar, salientando que a construção de ser pescadora traz muitos elementos consigo e revela que é a partir das categorias *educação* e *trabalho* que elas existem e garantem sua subsistência e autonomia, de modo a conseguir realizar suas aspirações e enfrentar os desafios e conflitos.

A investigação utiliza o método etnográfico de investigação qualitativa, privilegiando a observação participante através do convívio intenso e profundo com as interlocutoras e suas realidades. O trabalho de campo compreendeu até então a definição das localidades pesquisadas, a descoberta e contato com sete pescadoras com o acompanhamento das pescarias e rotinas diárias dessas trabalhadoras.

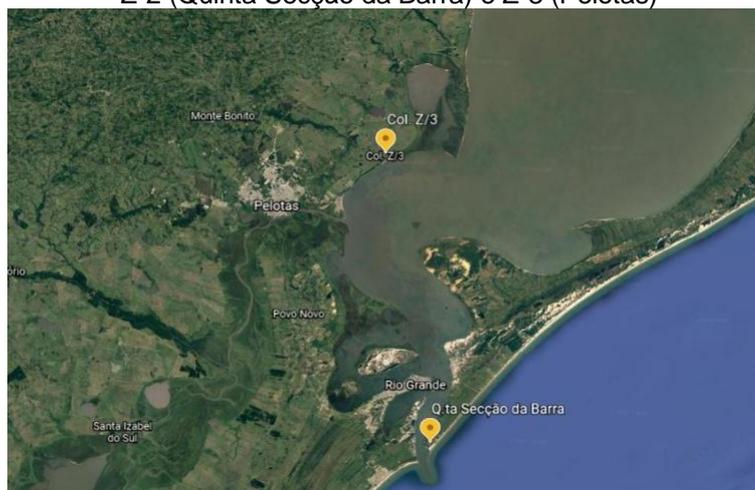
Imagem 1 – Márcia em sua embarcação na Lagoa Mirim na captura da viola



Fonte: Acervo da autora (2020).

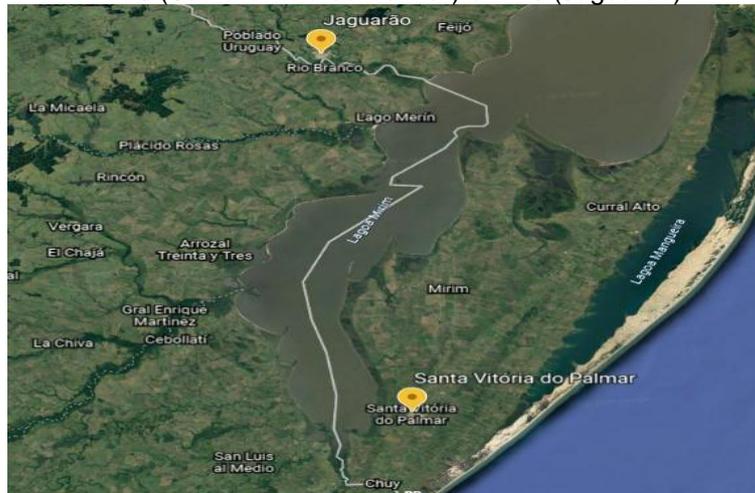
O encontro com as interlocutoras se deu através de indicação de colegas, amigos e amigas que perceberam ou ouviram falar dessas trabalhadoras pescando em embarcações nas lagoas gaúchas. A pesquisadora, diante dessas informações, partiu na busca pela localização dessas trabalhadoras, encontrando-as em muitas localidades, entretanto o recorte metodológico exigiu a definição somente de algumas zonas pesqueiras, são elas: colônias de pescadores Z-3, em Pelotas, Z-2, na Quinta Secção da Barra de São José do Norte, ambas localizadas no estuário da Lagoa dos Patos, Z-16, no Porto de Santa Vitória do Palmar, e Z-25, em Jaguarão, localizadas na Lagoa Mirim.

Imagem 2 – Estuário da Lagoa dos Patos – Localidades da pesquisa: Z-2 (Quinta Secção da Barra) e Z-3 (Pelotas)



Fonte: Google Earth.

**Imagem 3 – Lagoa Mirim – Localidades da pesquisa:
Z-16 (Santa Vitória do Palmar) e Z-25 (Jaguarão)**



Fonte: Google Earth.

2 Novos paradigmas: delimitando conceitos

Quando falamos em educação dos seres humanos e olhamos para o sistema da pesca artesanal no Brasil, vemo-nos diante de um fenômeno cultural em que os saberes e práticas são transmitidos de geração em geração, pautados por habilidades aprendidas e desenvolvidas de acordo com a dinâmica da vida e do viver. Ingold (2010) nos aponta para o que chama de *Educação da Atenção*, que, segundo o autor, são os atravessamentos dos fluxos da vida que se intercambiam através das formas de habitar e das habilidades desenvolvidas a partir de experiências concretas.

Esses conhecimentos aprendidos e transmitidos, conforme nos dizem diversos autores como Adomilli (2003, 2007), Gerber (2015) e Pieve, Kubo e Coelho de Souza (2012), estão intimamente relacionados às concepções simbólicas acerca dos recursos da fauna, flora, fenômenos naturais, relações humanas e não humanas e às concepções práticas do conhecimento do manejo do ambiente e apropriação de seus recursos, como o desenvolvimento e uso de tecnologias específicas e adequadas de acordo com sua disponibilidade no ambiente.

Consoante Ingold (2010), conhecer é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação com os outros organismos e seres que habitam o mesmo mundo, e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional. Daí vem a virada epistemológica proposta por diversos autores de

distintas origens disciplinares e diferentes opções teóricas, no esforço comum para a superação das dualidades modernas, tais como natureza e cultura, sujeito e sociedade, corpo e mente, artifício e natureza, sujeito e objeto.

No esforço para desconstruir tais dualidades e colocar em simetria humanos e não humanos, esses autores propõem, através de pistas conceituais, o que Steil e Carvalho (2014) chamam de *Epistemologias Ecológicas*, as quais são necessariamente plurais, pois se constituem como uma área de convergência de novos horizontes de compreensão; elas reivindicam a materialidade e autonomia do mundo, repensam o estatuto da realidade, contrapõem-se à perspectiva representacional, libertando o conhecimento da mente humana e centrando na ação. Para Ingold (2011), nessa perspectiva, a observação deixa de ser o oposto da participação e torna-se condição para o conhecimento, pois o mundo que nos é dado a observar é um mundo em movimento.

Diante disso, a questão da simetria aparece como central na produção do conhecimento, não mais “sobre”, mas “com” a(o) outra(o), trata-se, portanto, de uma fusão da história humana e da história natural. “O observador não olha a partir de um corpo que se situa como uma totalidade independente dos fluxos de luz, som e texturas do ambiente, mas, ao contrário, ele é atravessado por esses fluxos, que lhe dão a possibilidade de compreender o mundo” (STEIL; CARVALHO, 2014, p. 168).

Assim, no lugar de pensar a natureza apenas como recurso, propomos, na interface entre Antropologia e Educação Ambiental, pensá-la como espaço do aprender, em que os saberes cotidianos das pescadoras embarcadas estariam relacionados a uma territorialidade, o que chamamos, segundo Little (2003), de *Territórios Sociais*, que abarcam a diversidade de grupos humanos que apresentam diferentes formas de apropriação do espaço; em uma perspectiva cosmológica, possibilita uma abordagem em torno do viver/habitar no mundo.

Pontuamos também que a noção de ambiente vai além da dimensão tratada inicialmente pela ecologia; essa noção, agora em um sentido amplo, contempla o ser humano e, assim, busca relacionar natureza e cultura, entendendo, de igual forma, que há um alargamento da noção de educação, indo além, por exemplo, do espaço escolar, sobretudo se pensarmos a relação entre educação e cultura como formas fundantes que envolvem o ensinar e o aprender nas sociedades humanas (SOUZA *et al.*, 2008).

Voltamo-nos, então, para o novo paradigma das epistemologias ecológicas, resgatando, assim, o conhecimento prático das pescadoras e a participação delas, dos seres e das coisas que habitam seus mundos na produção de uma nova síntese, reconhecendo formas distintas de se fazer ciência e considerando as múltiplas relações com os interesses econômicos e políticos dos grupos envolvidos na problemática ambiental. Aí reside a defesa do exercício comparativo na Antropologia e do retorno a uma concepção histórica transcultural, uma vez que a evolução dos humanos tende à complexidade por acúmulo de informação, o que faz com que essa concepção, “[...] diante da acumulação de mudanças graduais, conduz[a] a outra estrutura, original, porém arbitrária, e sim enraizada na herança ecológica e social legada pelas gerações precedentes” (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 336).

Ficam evidentes, assim, a força e o poder da educação nesse processo de constituição de sujeitos sociais e conseqüentemente de sociedade. Como entendemos o mundo? O que privilegiamos e o que afastamos do aprender e do ensinar? Quem ensina e quem aprende? Qual a ideia de ambiente e sociedade que defendemos? E finalmente o que isso tudo tem a ver, afinal, com o contexto de exclusão e invisibilidade vivido pelas mulheres pescadoras embarcadas na Lagoa dos Patos e na Lagoa Mirim?

3 Aprendizagens e visibilidades das pescadoras embarcadas na pesca artesanal gaúcha

Não resta dúvida que ser pescador(a) é um *ethos*, um modo de viver que se apoia no trabalho em uma cadeia familiar, ou seja, vincula-se às relações de parentesco, solidariedade e temporalidade (ADOMILLI, 2007; DIEGUES, 1983; WOORTMANN, 1991). Nesse sentido, na dinâmica das experiências, as pescadoras da pesquisa aprenderam a pescar em família, geralmente com seus pais ou avós e, em alguns casos, com maridos e parentes. A relação de aprendizado que seria de mulher-mulher em outros contextos sociais, passa a ser também de homem-mulher na pesca embarcada, ou seja, é inter e intragênero.

Esse processo é percorrido pelo aprendizado que se inicia e continua na repetição e na imitação cotidiana, bem como na sua transformação; enquanto molda corpos e constrói sujeitos, fortalece os laços familiares, isto é, o aprendizado da pesca, com quem

se aprende, estando intimamente imbricado com as relações de parentesco. Esse aprender contínuo constrói esses sujeitos, fazendo-os(as) se constituírem como pescadores(as) num incessante processo de construção e duração (BACHELARD, 1994).

Aprendi a pescar com meu pai aos 8 anos e hoje meu filho de 4 anos já está no ritmo; ele já começou a aprender a pescar: é incrível. (BETINHA, pescadora da Quinta Secção da Barra).

Não paro nunca de aprender, comecei ainda criança e até hoje aprendo todo dia. Cada pesca é de um jeito, todo dia aprendo. (MÁRCIA, pescadora de Santa Vitória do Palmar).

Imagem 4 – Pescadoras de São José do Norte, Quinta Secção, Lagoa dos Patos



Fonte: Acervo da autora (2020).

Elas aprendem, constroem-se como pescadoras, duram nessa existência pescando, acordam cedo, enfrentam as intempéries, driblam os preconceitos e partem em seus botes para as lagoas. Fazem isso há muitos anos, aprendem sobre novas tecnologias, adaptam-se frente aos desafios e as crises socioambientais, reinventam-se a todo o instante e aprendem a sobreviver e lutar numa sociedade que as exclui, que finge não as enxergar. Que processo é esse que faz com que elas aprendam a pescar e consequentemente lutar por reconhecimento?

A literatura sobre pesca e, mais especificamente, sobre gênero e pesca destaca que essa atividade constitui um tipo de trabalho que esteve e ainda permanece associado simbolicamente à tradição de nossa cultura patriarcal como um tipo de prática que demanda coragem e força, por isso seria masculina.

O trabalho de campo nos leva a desconstruir essa afirmação a partir de uma série de experiências a seguir descritas, que nos levam a entender que se precisa de força para

pescar, sim, assim como precisamos de força para viver e lutar frente ao Estado, à sociedade e à cultura, que insistem em manter as mulheres num campo de invisibilidade e exclusão. “*Eu nasci pescando e vou morrer pescando, é o que eu gosto de fazer; e, mesmo diante das dificuldades, aqui estamos nós, sobrevivendo*” (MÁRCIA, pescadora de Santa Vitória do Palmar).

Segundo Souza e Marinho (2017), a atual legislação brasileira destinada a regular as relações políticas e de produção pesqueira no Brasil tende a reforçar a ideia de que pesca é “coisa de homem”, pois assume como natural no corpo da lei os sentidos/ significados masculinizantes culturalmente estabelecidos. Essa afirmação pode ser sustentada, segundo os autores, nas categorias ocupacionais relativas à pesca presentes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), bem como na legislação sobre a pesca tanto de nível federal como estadual (Lei nº 15.223/2018), que utilizam uma categoria masculina na representação identitária para a ocupação: *pescador profissional*.

Tal adjetivação parece ser algo sem importância, porém a ausência da presença do artigo feminino “a” na construção das categorias profissionais tanto da CBO como nas legislações sobre a atividade revela a invisibilidade e acarreta prejuízos concretos e econômicos para a vida das mulheres.

Em contrapartida ao entendimento presente no imaginário brasileiro, a literatura na área das Ciências Humanas sobre o tema da pesca e gênero indicou que a participação das mulheres é e sempre foi de fundamental importância para o desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal no Brasil, alguns exemplos são as pesquisas de Beck (1979); Gerber (2015); Hellebrandt (2017); Maneschy (1995); Motta--Maués (1977); Woortmann (1991). Segundo esses estudos, evidencia-se que as mulheres estão nas diversas etapas da produção pesqueira (captura do peixe, armazenamento, beneficiamento, comercialização e distribuição do pescado), restando evidente a importância do trabalho feminino, que está para além de uma participação ou ajuda no setor pesqueiro, visto que elas são as próprias protagonistas e agentes da ação social (GIDDENS, 1995).

Todavia, a pesquisa tem mostrado que a invisibilidade pode ser explicada a partir da organização sociocultural estabelecida e conseqüentemente da correlação prática entre reprodução social e reconhecimento social e político. Reprodução social porque está

relacionada ao fato de as mulheres assumirem simultaneamente as atividades em dois contextos distintos: atividades na pesca e atividades domésticas e familiares.

Hoje elas começam a mudar esse cenário; no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, a partir dos anos 2000, iniciaram a busca por direitos e luta pela visibilidade. Com relação a esse fato, as interlocutoras da pesquisa assim se posicionaram:

Mulher pesca, sim! Ninguém sabe que a gente existe, mas estamos aqui há muito tempo, desde a minha bisavó. Cuido da casa, da família e pesco, mas gosto mais de ficar pescando, é o que eu gosto de fazer, mas a mulher tem que fazer de tudo. (BETINHA, pescadora da Quinta Secção da Barra).

Agora estou parada porque a minha filha está de férias da escola, mas estou louca para voltar a pescar. (MICHELE, pescadora de Jaguarão).

No reconhecimento social e político, a invisibilidade e a exclusão se dão a partir do acesso que elas têm aos lugares de fala e poder e, por conseguinte, aos direitos trabalhistas e previdenciários e às políticas públicas, como, por exemplo, o seguro desemprego do(a) pescador(a) artesanal, denominado de seguro defeso. Esse seguro é pago aos(às) pescadores(as) profissionais durante os meses nos quais a atividade é tornada proibida pelos órgãos governamentais responsáveis em exercer o controle do uso do espaço marinho e costeiro brasileiro e constitui-se como o mais importante direito social de mulheres e homens que exercem a pesca. A exclusão das pescadoras no corpo das legislações e a invisibilidade gerada pelo próprio campo torna mais difícil o acesso a tal direito e o reconhecimento social e político como um todo.

Cabe pontuar que todas as interlocutoras da pesquisa possuem carteira de pesca emitida pela Marinha do Brasil, assim como matrícula e licença para a atividade, isso se dá porque elas já foram beneficiadas pela ação política proveniente dos movimentos das mulheres pescadoras brasileiras, por exemplo, a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), iniciada por volta de 1970 em Pernambuco. Os documentos têm um significado sagrado e também sacrificial (SCHAVELZON, 2010) e constituem uma vitória para elas como consequência da luta das mulheres. Como expressão desse sentimento, todas, sem exceção, fazem questão de mostrá-los nos momentos das entrevistas.

Imagem 5 – Betinha em sua casa – Quinta Secção da Barra, São José do Norte



Fonte: Acervo da autora (2020).

4 Conflitos socioambientais: pescando estratégias

As pescadoras embarcadas, que estão envolvidas desde a etapa da captura do pescado, estão sujeitas também a outros conflitos de ordem socioambiental que as afetam diretamente. Na imersão do trabalho de campo, percebe-se uma série de saberes, orientações, estratégias e desafios daquelas que estão direta e cotidianamente envolvidas no uso dos recursos naturais, fazendo com que se perceba a articulação desses conhecimentos práticos com as contingências no ecossistema e na vida social.

Trazemos aqui alguns desafios enfrentados no dia a dia pelas pescadoras das Lagoas Mirim e dos Patos, são eles: políticas e estudos realizados sem a participação das pescadoras; lagoas e lagunas entendidas como espaços homogêneos, cujas diretrizes não consideram as particularidades dos espaços lagunares; facilitação para a pesca em grande escala; escassez do estoque pesqueiro; espécies em extinção; formas de pesca e dimensões dos instrumentos de pesca determinados por lei e seus regulamentos que não são atualizados diante da dinâmica pesqueira; dinâmicas adotadas diante dos homens e da comunidade em geral.

Outro fator que merece destaque é que, para dar conta dessa desvalorização e não reconhecimento pela luta política frente aos conflitos, as interlocutoras da pesquisa, trabalhadoras da pesca embarcada, estão nos movimentos sociais do setor pesqueiro desde as primeiras reuniões, datadas de meados dos anos 2000, no estado do Rio Grande do Sul, onde iniciaram o movimento pelo reconhecimento social e político do trabalho das mulheres pescadoras.

Entraram para as arenas políticas de enfrentamento das desigualdades e reconhecimento de direitos para as mulheres, ocupando cargos na presidência de associações e colônias, participando ativamente dos Fóruns da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim, contribuindo de forma ativa no movimento político das mulheres na pesca artesanal, várias delas, inclusive, compondo atualmente o grupo que luta ativamente contra a pesca predatória no Rio Grande do Sul, na busca por justiça social.

Rozi, de Santa Vitória do Palmar, venceu as eleições de 2019 para a presidência da Associação dos Pescadores daquela cidade; pela primeira vez a associação tem uma mulher no comando. Rosa, pescadora da cidade de Jaguarão, foi fundadora da Colônia de Pescadoras em 2007 e hoje é presidenta do Conselho da Lagoa Mirim e membro ativa nas reuniões do setor pesqueiro gaúcho; durante toda sua trajetória, contribuiu e continua a contribuir fortemente para o reconhecimento das pescadoras perante os órgãos públicos, tais como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Pesca, entre outros. Márcia, Alessandra e Adriana, pescadoras da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim, obtiveram formação junto ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e até hoje participam dos movimentos de luta social.

Formei muita mulher aqui e sempre ensinei para elas que, se gostamos, temos, sim, que usar batom e pintar a unha. Não é porque somos pescadoras e vivemos nos barcos ou com o peixe na mão que não vamos nos cuidar. O INSS tem que respeitar como somos. (ROSA, pescadora de Jaguarão).

Minha formação veio toda do MST; foi a Alessandra que me levou. Quando fui morar nos barracões, aprendi meus direitos como mulher e como pescadora. A partir dali, tive força e coragem para comprar meu barco e pescar sozinha. Sustentei meus filhos e construí minha vida. Agora quero voltar para o Movimento; sinto falta de lutar pela pesca; precisamos nos unir, porque só querem destruir o pequeno [pescador e a pescadora artesanal] e agigantar o grande, rico pescador, acabar com as lagoas e com os peixes, só querem ganhar e ganhar. (MÁRCIA, pescadora de Santa Vitória do Palmar).

Pescando peixes e direitos, elas estão há muito tempo nas águas lagunares do Rio Grande do Sul. A luta por reconhecimento se deu a partir delas, assim como o direito de permanecer pescando numa atividade vista social e culturalmente como masculina. O que precisamos é dar atenção, olhar e ver essas trabalhadoras na atividade diária de serem pescadoras e assim compreender os processos que as constituem e que constituem a pesca brasileira. Os conflitos surgem e são necessários para que as subjetividades e diferenças de pontos de vista sejam reveladas e negociadas.

É preciso negociar, esse é o verbo que parece reger a vida das pescadoras na Lagoa Mirim e na Lagoa dos Patos. A antropóloga Hellebrandt (2019), quando pesquisou sobre a pesca na colônia Z-3, em Pelotas, escreveu sobre essa questão intitulando seu artigo “Negociando com homens e entregando a Deus”, o qual nos revela as relações de poder entre os sexos e a fé que é necessária para continuar exercendo a pesca.

Imagem 6 – Márcia puxando a rede na embarcação



Fonte: Acervo da autora (2020).

Conforme nos diz Leff (2001), o desenvolvimento do saber ambiental leva a um diálogo e amálgama de saberes, e é nesse encontro/desencontro de diferentes subjetividades que nascem os processos conflitivos, e aqui as Ciências Sociais e Ambientais têm um papel fundamental de análise: os espaços dos conflitos socioambientais como campo de investigação.

Os(As) pescadores(as) artesanais das localidades investigadas já se apropriaram do discurso científico para legitimar um novo discurso de preservação e renovação do estoque pesqueiro, em que estejam protegidos(as) das políticas centradas no lucro a qualquer preço.

É preciso preservar nosso ambiente com uma pesca sustentável e autoprodutiva.
(PESCADOR, presidente do Fórum da Lagoa dos Patos).

A culpa é sempre nossa; e a mineração? E os agrotóxicos das lavouras que são soltos na lagoa? (BETINHA, pescadora da Quinta Seção da Barra).

Nós dependemos do mar! Precisamos recuperar os estoques afastando a pesca predatória feita pelos Catarinas⁴. (ROSA, pescadora de Jaguarão).

Resta evidente, portanto, que o que está posto nos conflitos socioambientais é o confronto entre racionalidades, via de regra, no campo de lutas sociais e políticas entre o poder do Estado e das instituições privadas e pescadores locais com seus saberes técnicos e práticas locais, e as pescadoras, estas também plurais, estão posicionadas na base, atingidas de forma mais agressiva pelas desigualdades social, política e ambiental do setor.

5 A Educação Ambiental: revelação dos modos de aprender e se relacionar com o ambiente

Segundo Sauvé (2005), ao se abordar o campo da Educação Ambiental, podemos nos dar conta de que, apesar de sua preocupação comum com o meio ambiente e com o reconhecimento do papel central da educação para a melhoria da relação com este último, os diferentes autores (pesquisadores, professores, pedagogos,

⁴ “Catarinas” é como são chamados os pescadores provenientes do estado de Santa Catarina que pescam em grandes traineiras devastando o espaço marítimo e lagunar.

associações, organismos, etc.) adotam variados discursos sobre a Educação Ambiental e propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa nesse campo.

Comungamos com o fato de que as noções de ambiente e educação estão baseadas na interdisciplinaridade, uma vez que a amplitude do tema não poderia ser abordada apenas do ponto de vista de uma disciplina ou área do conhecimento de forma isolada. Seguindo Sauvé (2005, p. 35), defendemos que a Educação Ambiental não deve impor uma visão de mundo, uma vez que é preciso levar em conta a cultura de referência das populações ou das comunidades envolvidas, visto que “[...] a corrente etnográfica propõe não somente adaptar a pedagogia às realidades culturais diferentes, como se inspirar nas pedagogias de diversas culturas que têm outra relação com o meio ambiente”.

Nessa onda, o trabalho de campo vai revelando essas pedagogias e, conforme nos ensinou Freire (1983), no encontro dialógico vai nos dando pistas para compreender por dentro e por elas esse modo de vida, os saberes e aprendizagens que se dão na estreita relação com seus territórios sociais.

Evidencia-se um saber ambiental compartilhado por essas trabalhadoras da pesca, que, longe de se constituírem como um grupo homogêneo, partilham saberes e formas de viver e sobretudo de sobreviver próprias de quem depende dos recursos naturais. As formas de pescar nas lagoas se diferem muito, pois para cada peixe há uma forma de capturá-lo, cada lagoa possui um ritmo e um tempo, cada tipo de embarcação possui uma dinâmica, cada pescadora é um ser único, pescadoras estas que nesta pesquisa são percebidas na sua individualidade e experiência.

Para isso, a etnografia, método desenvolvido neste estudo, privilegia o contato e coloca a pesquisadora como elo entre culturas por força de sua vivência em ambas. Esse conhecimento e essa competência que mobilizamos ao descrever e explicar a cultura estudada (WAGNER, 2010). Ao experienciar a cultura das pescadoras, deparamo-nos com a complexa rede em que estão envolvidas, rede essa que elas tecem, sendo também tecidas por elas, ou seja, rede que se constitui numa grande malha (INGOLD, 2011) que trama todas as dimensões da vida, com nós e emaranhados, que são os acasos, as incertezas e os imponderáveis que se atravessam e dão outro sentido ou caminho. Assim, deparamo-nos com a criatividade em todos os níveis da vida, resistindo às adversidades de um mundo cujo pensamento está em crise, centrado na destruição planetária, no patriarcado, na perspectiva dicotômica e alienada.

Agora estamos pescando a viola, mas porque não temos mais os outros, como a traíra, tainha e muitos outros; o peixe está desaparecendo, e precisamos aprender coisas novas. A viola ninguém pescava, mas agora é o que nos resta; tive que aprender a pescá-la: é muito diferente. (MÁRCIA, pescadora de Santa Vitória do Palmar).

Assim, a partir dos fundamentos que orientam a Educação Ambiental, privilegiamos e defendemos uma Educação Ambiental que identifica e reconhece a estreita ligação entre natureza e cultura, que traz as cosmologias compartilhadas pelos grupos engajados nos ambientes em que vivem, ou seja, privilegia a valorização da dimensão cultural e social de sua relação com o meio ambiente, para que, desse modo, possamos compreender de forma eficaz as diversas práticas e sentidos das ações e, a partir daí, contribuir, juntamente com os sujeitos, para o entendimento e o enfrentamento da crise socioambiental.

A gente tem um jeito de pescar que nos foi ensinado e que vamos passando, e vamos aprendendo coisas novas também. O que me deixa muito furiosa é que quem decide como devemos fazer são pessoas que nunca entraram num barco ou nunca pescaram um peixe. (MÁRCIA, pescadora Santa Vitória do Palmar).

6 Considerações finais

Tendo como objeto as mulheres na pesca embarcada artesanal, buscamos aqui compreender os processos educacionais, sociais, culturais e políticos que constroem essas trabalhadoras e, ao mesmo tempo, sustentam o paradoxo impresso na condição de invisibilidade: como as mulheres pescadoras embarcadas podem ser classificadas como invisíveis se atuam como agentes? Quais os fatores que contribuem para produzir e para manter essa invisibilidade?

Como vimos, os dados da pesquisa apontam para questões que se encontram em parte relacionada ao fato de as mulheres assumirem simultaneamente as atividades em dois contextos distintos: casa e embarcação, em consequência, o acesso a direitos sociais e ao reconhecimento resta dificultado e constitui historicamente uma das principais dimensões da desigualdade social, bem como da conflitualidade social em contextos marcados pela normatividade e pelas instituições da política social moderna (DIEGUES, 1979).

Assim, o objetivo deste artigo foi lançar luz, a partir de categorias como mulher, trabalho, ambiente, educação, cultura, natureza, saberes e conflitos, sobre os processos e conjunturas que produzem e reproduzem a invisibilidade e exclusão da mulher nesse setor. Empreendeu-se esforços para buscar alcançar uma percepção mais ampla das questões que envolvem as desigualdades na sociedade a partir do contexto pesqueiro nas Lagoas dos Patos e Mirim do estado do Rio Grande do Sul.

O arcabouço teórico e a experiência etnográfica nos apontam para um olhar que descortina e sobretudo supera as representações simbólicas reducionistas que atualmente orientam a reprodução de práticas e entendimentos socioculturais excludentes, suscitando a produção de políticas igualitárias no campo do trabalho das mulheres neste ramo da atividade pesqueira artesanal.

A educação e, mais precisamente, a Educação Ambiental atuam nesse processo como revelação dos modos de aprender e se relacionar no ambiente a partir das experiências das pescadoras, configurando um contexto de interlocução com diferentes saberes e práticas compartilhadas por grupos que vivem e habitam o ambiente lagunar. Assim, o sujeito percebe e toma consciência de que é simultaneamente produto e produtor de cultura, o que lhe desperta potencialidades e mobiliza sua capacidade de optar, decidir e escolher (dentro das condições dadas pelo sistema), obtendo como resultado não apenas a mudança do mundo que lhe circunda, mas também de sua posição diante do mundo.

As pescadoras da pesquisa nos mostram como o desenvolvimento dos seres humanos está alicerçado nas experiências e aprendizagens que adquirem ao longo do processo e que este é incessante, dinâmico e fundamental para resistir e lutar em tempos críticos e de retrocessos.

No processo de ser e estar no mundo, conscientes de serem agentes da ação social, as pescadoras se transformam e assim transformam os seus mundos num movimento complexo de constituir-se como seres sociais, cidadãos, e conseqüentemente despertam conhecimentos possíveis, a fim de contribuir para o enfrentamento das relações sociais desiguais e alienadas, definindo-se no movimento de explicitação e superação da crise ambiental como uma expressão da crise social.

A participação delas na atividade da pesca e cada vez mais crescente na gestão pesqueira gaúcha revela a transformação alicerçada numa perspectiva do reconhecimento e valorização da mulher, do saber das comunidades, da experiência e da diversidade. Perceber a especificidade do trabalho dessas pescadoras, seus significados e ações resulta na ampliação e complexificação das noções de educação, ambiente e conflito.

7 Referências

ADOMILLI, G. *Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte-RS*. 2007. 343 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ADOMILLI, G. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe--RS*. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BACHELARD, G. *A dialética da duração*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BECK, A. *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*. Florianópolis: UFSC, 1979. Mimeografado.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2009.

DIEGUES, A. C. *Pescadores, sítiantes e trabalhadores domar*. 1979. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

FOLADORI, G.; TAKS, J. O olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 323-348, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-93132004000200004. Acesso em: 20 abr. 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERBER, R. M. *As mulheres e o mar: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC, 2015.



GIDDENS, A. *Sociologia*. 2. ed. Madrid: Alianza, 1995.

HELLEBRANDT, L. Negociando com os homens e entregando a Deus: notas sobre as mulheres pescadoras de Quissamã/RJ. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 13., 2019, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2019.

HELLEBRANDT, L. *Mulheres da Z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. 2017. 173 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

INGOLD, T. Educação da atenção. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.
Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/7327>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995.
Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/b%20mpeg%20ant%2011%282%29%201995%20manesch.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MOTTA-MAUÉS, M. A. *Trabalhadeiras e camarados: um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores*. 1977. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1977.

PIEDRAS, S. R. N. *et al.* Caracterização da atividade pesqueira na Lagoa Mirim, Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Agrociência*, Pelotas, v. 18 n. 2-4, p. 107-116, 2012.

PIEVE, S. M. N.; KUBO, R. R.; COELHO DE SOUZA, G. A dinâmica do conhecimento ecológico local: um estudo etnoecológico sobre a resiliência dos pescadores artesanais da Lagoa Mirim, Rio Grande do Sul, Brasil. In: ADOMILLI, G. K. *et al.* (Org.). *Povos e coletivos pesqueiros: estudos etnográficos e perspectivas socioantropológicas sobre o viver e o trabalhar*. Rio Grande: FURG, 2012. p. 205-220.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.223, de 5 de setembro de 2018. Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul e cria o Fundo Estadual da Pesca. *Diário Oficial do Estado*, Porto Alegre, Poder Executivo, 6 ago. 2018.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. *In*: SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.). *Educação Ambiental: pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

SCHAVELZON, S. *Antropología del Estado, su lugar, algunas problemáticas*. *Antropología y Ciencias Sociales*, Argentina, v. 9, p. 75-100, 2010.

SCHWOCHOW, R. S.; ZANBONI, A. J. O estuário da Lagoa dos Patos: um exemplo para o ensino de ecologia no nível médio. *Cadernos de Ecologia Aquática*, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 13-27, 2007.

SOUZA, C. G. *et al.* Etnobiologia, multidisciplinaridade e extensão: conflitos de uso dos recursos naturais e a etnoconservação. *In*: ARAÚJO, T. A. S.; ALBUQUERQUE, U. P. *Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica: os desafios do trabalho em campo*. Recife: Nupeea, 2008. p. 41-70.

SOUZA, J.; MARINHO, M. A. C. As águas onde pescam as mulheres. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2017, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UENF, 2017. Disponível em: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/oral-abrasd-joseane.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

STEIL, C. A.; CARVALHO, I. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a06v20n1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades 'pesqueiras'. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, p. 41-61, 1991.

Liza Bilhalva Martins da Silva, Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Curso de Doutorado em Educação Ambiental

 <https://orcid.org/0000-0002-4548-2758>

Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG, mestra em Antropologia, área de concentração em Antropologia Social e Cultural, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPe), e graduada em Antropologia, linha de formação em Antropologia Social e Cultural, também pela UFPe e em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPe).

Contribuição de autoria: Coletou os dados de campo (pesquisa etnográfica da autora), apresentou a problematização, as reflexões e o quadro teórico-metodológico. Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4841967812488235>

E-mail: lizabms@gmail.com

Gianpaolo Knoller Adomilli, Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Ciências Humanas e da Informação

 <https://orcid.org/0000-0001-8370-2267>



Doutor e mestre em Antropologia Social e bacharel em Ciências Sociais, todas as formações pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da FURG, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI), curso de bacharelado em Arqueologia. Participa do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da FURG, na linha de pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental (FEA), e coordena o Núcleo de Estudos sobre Saberes Costeiros (NECO) da FURG – Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contribuição de autoria: Orientou o trabalho de campo, revisou o artigo e realizou complementos às reflexões e ao quadro teórico-metodológico.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9569795422929763>

E-mail: giansatolep@gmail.com

Editora responsável: Lia Machado Fiuza Fialho

Pareceristas ad hoc: Tatyane Marques e Rodrigo dos Santos

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, Liza Bilhalva Martins da; ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Mulheres na pesca embarcada artesanal: apontamentos sobre educação, saberes e conflitos socioambientais. *Educ. Form.*, Fortaleza, v. 5, n. 3, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1977>.



Recebido em 2 de dezembro de 2019.

Aceito em 6 de abril de 2020.

Publicado em 8 de julho de 2020.

